

DULLEY, Iracema. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume, 2010. 156 p.

— JANAÍNA FERREIRA FERNANDES

A obra de Iracema Dulley trata de um mergulho no universo das missões católicas em Angola colonial. Por meio de recortes definidos em torno dos trabalhos realizados por dois missionários em regiões e com grupos étnicos específicos daquele país, mais detalhadamente os *bundos*, a autora é capaz de dar uma visão ampla de como se desenrolavam, no contexto colonial angolano, os processos de convenção de significação criados a partir do tríplice contato formado entre os missionários, o governo português e os “nativos”.

O livro é dividido em cinco capítulos, além das considerações finais, trazendo uma ordem de exposições capaz de introduzir o leitor ao contexto geopolítico e econômico que vigorava em Angola ao tempo da atuação missionária – considerando-se desde o início da ocupação do território pela Coroa portuguesa até a libertação política do país – para, em seguida, expor de modo sistemático as implicações da atuação da Igreja Católica junto às etnias que sofreram esse tipo de intervenção. Vale considerar que o ponto almejado pela autora é a análise discursiva como modo de se compreender os meios de dominação a partir da disputa pelo significado.

Dessa forma, Dulley tem como recorte fundamental as missões da Congregação do Espírito Santo e, para tanto, vem a demonstrar como se deu a aproximação dessa ordem religiosa em Angola. Realizando uma análise contextual, baseada em documentações tanto dos missionários, quanto de agentes do governo português e até mesmo nas raras correspondências

escritas por representantes de grupos étnicos, tal como a carta de D. Henrique II, Rei do Congo, solicitando ao Bispo de Angola e Congo o envio de mais missionários para a região (Dulley, 2010, p.29).

É com esse tom informativo que a autora traça um histórico da ocupação portuguesa, explicando as razões pelas quais se deram verdadeiros convênios entre o Vaticano e o Reino de Portugal para a ocupação das terras de além mar. Em traços gerais, sabe-se que as terras seriam consideradas portuguesas por direito caso o Império ficasse responsável pela disseminação da doutrina católica e pela catequização dos indígenas das regiões objeto de interesse.

Foi exatamente esse o caso de Portugal. Porém, Dulley nos mostra que essa ocupação firmada numa base religiosa, mas com objetivos explicitamente mercantis não se deu sem problemas, uma vez que era muito difícil encontrar seminaristas europeus, ou mais especificamente portugueses – como Portugal almejava – dispostos a enfrentar os perigos da África. Assim, a Congregação do Espírito Santo foi a resposta encontrada por Portugal para continuar seus projetos de ocupação do território angolano por meio da condescendência e proteção do Vaticano que, por sua vez, via-se protegido da disseminação da doutrina protestante, que já angariava fiéis em vários pontos da África.

A autora nos mostra bem, ao longo da parte inicial de sua obra, toda essa convergência de interesses que imperava no contexto angolano colonial, que fez com que a história das missões

católicas fosse inscrita num tom de corrida em busca de fiéis. Isso pode ser muito bem visualizado nos documentos de chefes de missões aos superiores na Europa, onde figuravam uma série de números referentes a batizados, extremas-unções, casamentos e tudo o mais que pudesse traduzir, pelo menos em termos formais, o crescimento da influência católica entre os “indígenas”.

Feito esse quadro mais amplo da ocupação do território angolano, Dulley passa então a traçar as linhas mestras da organização das missões espíritanas. Assim, ela demonstra as rotinas e as atribuições dos missionários e a relação deles com os “indígenas” das diferentes partes do território. Numa breve síntese, havia poucos missionários atuantes, de modo que o ideal de ao menos dois agentes em cada missão quase nunca era viável. Enquanto um dos agentes prestava-se a trabalhos mais burocráticos e administrativos dentro da própria missão, o outro deveria ser capaz de percorrer as inúmeras aldeias que faziam parte da região. Sendo esse ideal inalcançável, o que se via na prática era a ajuda cada vez maior de catequistas “indígenas”, que se prestavam à catequização nas aldeias e podiam ministrar a extrema-unção, deixando os demais sacramentos a cargo do missionário que, tendo em vista a indisponibilidade de tempo, conseguia ir, ao máximo, duas vezes por ano a cada localidade.

Dulley também não deixou passar em branco o que ela chamou de “arquitetura da missão” e suas implicações para a construção de seus papéis dentro do território angolano. Elas eram construídas em regiões nas quais se considerava que havia maior propensão à aceitação da doutrina cristã – sendo que os *bundos* são reiteradamente, ao longo do texto, reafirmados enquanto um povo extremamente receptivo à cristianização e, portanto, à ocidentalização. São, portanto, nessas regiões que se formaram as primeiras missões, onde se tinha a preocu-

pação de construir os edifícios principais no centro, ao redor dos quais residiam os “indígenas”, a fim de conseguirem um maior controle dos “nativos”. Somente com o crescimento da missão é que se tornava possível a construção de outros edifícios, tais como hospitais e escolas. Desse modo, eram basicamente as missões que guardavam em si toda a infraestrutura angolana, uma vez que o governo português não pretendia investir nesse tipo de obra na colônia africana e, principalmente, quando se tratava de rincões afastados de seu território.

Assim, a educação nas escolas das missões era um dos principais meios de ascensão social dos “indígenas” que, uma vez ali formados, eram capazes de angariar cargos de baixo escalão no governo português. Os *bundos*, mais especificamente, viam na cristianização e na ocidentalização uma forma de mudança de *status* e percebiam a conquista da cidadania portuguesa enquanto meta de sucesso individual. Dulley percebe, ainda, para completar, que essa cidadania era atribuída apenas aos cristãos, de modo que a permanência das missões tinha um significado de grande importância para os “indígenas”.

Dulley, então, passa a se concentrar em dois missionários atuantes em Angola em meados do século XX: Carlos Estermann e José Francisco Valente. O primeiro, de renome internacional, foi eleito doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa, enquanto o segundo, autor de várias obras etnográficas sobre os *bundos*, não chegou a ser conhecido.

Inicialmente, ela demonstra a quais conceitos estes autores estavam filiados. Estermann, com grande influência do difusionismo alemão e do evolucionismo britânico, tinha uma preocupação metodológica e universalista muito mais protuberante que Valente, que via no conceito de “mentalidade” próprio dos espíritanos de seu tempo a chave para a compreensão dos “nativos” e, principalmente, o modo pelo qual se daria a inserção da “mentalidade” cristã em

meio à “mentalidade primitiva” vigente entre os povos “indígenas”.

Frente à grande influência do conceito de “mentalidade”, que também não deixou Estermann incólume, Dulley dedica um capítulo à análise de Lévy-Bruhl e à ideia de “mentalidade primitiva”. Apesar de o conceito ser utilizado de modo um tanto difuso pelos dois missionários, as coincidências com o pensamento de Lévy-Bruhl passam pelas tentativas de se compreender as formas de funcionamento dessa “mentalidade primitiva” e de se teorizar acerca dela.

No entanto, eles se distanciam de Lévy-Bruhl na medida em que têm por finalidade a análise da “mentalidade nativa” como modo de se estudar as melhores formas de inserção da “mentalidade cristã” ou “civilizada”. É nesse contexto que a obra do missionário José Francisco Valente, “Seleção de provérbios e adivinhas em umbundu” será de vital importância para que se chegue ao ponto alto do texto de Iracema Dulley.

Na seleção feita por Valente, encontram-se uma série de provérbios catalogados pelo missionário, fruto de anos de trabalho e convivência entre os *bundos*. Em geral, o autor transcrevia o provérbio em umbundu e traduzia-o logo em seguida, por vezes explicando o contexto em que era utilizado e acrescia um análogo em português e, mais raramente, em latim. O que se pretendia, então, era reproduzir um conjunto de pensamentos profundos que traduzissem a “mentalidade primitiva” do povo *bundo* como modo de se compreender as melhores formas de se adentrar nesse universo.

O grande fito dos missionários estava mais em procurar os elementos *bundos* que pudessem ser trocados por elementos cristãos e, ao mesmo tempo, detectar aqueles que deveriam ser resguardados para melhor aproximação da “mentalidade cristã”. Logo, tudo girava em torno de alterações de significação em prol da dominação espiritual daqueles povos.

Porém, a pretensão de autora gravita mais em torno da demonstração de como se deram as disputas de significação dentro das missões católicas em Angola colonial. E a obra de Valente foi esplendidamente eficaz na reconstrução dessas situações, tendo em vista que a tradução dos provérbios é capaz de nos dizer muito acerca das apropriações e ressignificações realizadas pelas missões dos elementos *bundo* e das inscrições cristãs dentro daquele universo.

No entanto, antes disso, a autora preocupava-se em demonstrar as problemáticas enfrentadas pelos missionários, que se deparavam com “indígenas” muito propensos e abertos ao cristianismo – muito em razão das alterações de *status* facilitadas pela conversão já discutidas anteriormente – mas, ao mesmo tempo, com sobrevivências de aspectos tradicionais da cultura ovimbundu. A impossibilidade de missionários mais atuantes em aldeias distantes fazia com que rituais de casamento, fúnebres e de cura ainda fossem extremamente fortes para aquele povo, a despeito do crescimento galopante do número de batizados e conversões, sistematicamente enviados à Europa como prova do trabalho atuante das missões espirituais em Angola.

É nesse ponto que entra a questão do conflito e das disputas de significado. A mera conversão formal por meio da catequese e do batismo não era suficiente para se escapar do que os espiritanos chamavam de “mentalidade primitiva”. A questão do casamento, por exemplo, tratada por Valente, é bem ilustrativa da problemática. Os casamentos cristãos eram praticados enquanto uma instituição optativa. A prevalência entre os “nativos” era dada ao casamento tradicional, visto como não “natural” pelos missionários, uma vez que dispensava a concordância dos nubentes. O mesmo acontecia com os rituais funerários tradicionais, que eram levados a cabo em aldeias distantes, muito em razão da ausência do missionário

responsável, já que não havia condições de sua permanência em locais mais afastados durante muito tempo. Além disso, os próprios catequistas, também “indígenas”, muitas vezes participavam desses eventos, a despeito de seu vínculo maior com os espiritanos e de sua incumbência de proliferar a fé cristã.

Assim, o objetivo dos missionários passava muito em torno das possibilidades e maneiras de, aos poucos, num processo evolutivo lento e gradual, inculcar, dentro dessa “mentalidade primitiva”, preceitos e costumes cristãos. Daí a preocupação na verificação da persistência desses costumes e a tentativa de ressignificá-los à luz da tradição cristã.

Enfim, a autora chega ao ponto fulminante de sua obra, qual seja, o do provérbio “*suku on-ganga*”, traduzido por Valente como “Deus é feitiço”. Dulley deixa claro, desde o início, que foi o espanto gerado por tal tradução, realizada

por um missionário católico, que a impeliu à realização do trabalho. E, ao longo de toda a obra, ela traz os elementos necessários para a compreensão de tal tradução e, mais ainda, por meio dessa frase, ela foi capaz de desenhar os modos de conflito e disputa por significados dentro daquele contexto de contato interétnico.

Dessa forma, a inserção de elementos novos no universo ovimbundu estava aliada aos significados já operados dentro daquele contexto, de modo que as tentativas de tradução dos provérbios por parte de Valente ilustram os conflitos gerados a partir do contato.

A obra de Iracema Dulley, enfim, é capaz de resgatar os processos de conflito e disputa no contexto colonial angolano e assim demonstrar de que maneira a apropriação de significados, mais especificamente realizada dentro de um contexto colonial, é fruto de impasses, convenções e acordos entre as partes.

autora **Janaína Ferreira Fernandes**
Bacharel em Direito / UnB
Graduanda em Antropologia / UnB

Recebida em 20/08/2011

Aceita para publicação 19/09/2011